



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE SINDICAL DO SPGL ENTRE SETEMBRO DE 2017 E JULHO DE 2018

O ano letivo 2017/2018 iniciou-se no momento em que se discutiam as linhas essenciais do Orçamento de Estado para o ano de 2018 (OE2018), o terceiro da atual estrutura do poder político – um governo minoritário do Partido Socialista com apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda. Assumia-se publicamente o princípio de que o OE 2018 continuaria a melhorar o rendimento dos portugueses, que os resultados positivos da economia tornavam possível e que se tornava necessário aumentar o investimento público. O ambiente de confiança da população, e particularmente dos trabalhadores, potenciava a capacidade de lutar não só pela melhoria de rendimentos, mas também pela reposição de direitos laborais que o governo de Passos Coelho pusera em causa.

Neste contexto, os sindicatos da FENPROF, para o ensino não superior tendo como objetivos a “reconstituição “ da carreira docente (no ensino público) com base no estipulado pelo ECD, a melhoria das condições de trabalho dos docentes e a defesa da qualidade da escola pública, definem como estratégia orientar a luta por 5 objetivos centrais: a recuperação do tempo de serviço não contado para progressão na carreira e o reposicionamento dos docentes colocados no 1º escalão durante o período de 2011 a 2017; os horários de trabalho dos professores; medidas específicas para uma aposentação que responda à exaustão da classe; a luta por um novo modelo de gestão democrática das escolas e batalha contra a nova tentativa de municipalização da educação e o combate à precariedade na classe docente.

Como meio de pressão e de intervenção na construção do OE 2018 de modo a que ele permita a realização dos objetivos definidos pelos sindicatos da FENPROF, os docentes realizaram uma primeira greve logo em 27 de outubro, seguida de uma outra em 15 de novembro, esta acompanhada, por proposta do SPGL, por uma concentração junto da Assembleia da República, um êxito para o qual muito contribuiu a boa participação dos docentes da área do SPGL.

Porém, desde cedo se tornou claro que o governo PS, limitado pela estrita obediência às imposições da União Europeia e obcecado por atingir défices orçamentais tendencialmente próximos de zero, tinha uma visão muito limitada no que respeitava à melhoria dos rendimentos dos portugueses – neste caso, dos professores portugueses. Aceitando embora o princípio do reposicionamento dos docentes “presos” no 1º escalão da carreira, o M.E. tentou não contar para esse efeito o tempo prestado antes da profissionalização, retomando uma ideia de 1976 que os professores já tinham derrotado. A intervenção da Procuradoria-Geral da República, porém, deu razão à FENPROF, defendendo a contagem do tempo anterior à profissionalização, contra a vontade do M.E. (Note-se, porém, que, embora retroativo a janeiro, este reposicionamento ainda não foi feito!).

Quanto à recuperação do tempo de serviço “subtraído” para a progressão na carreira (9 anos, 4 meses e dois dias), apesar de uma Declaração de compromisso assinada pelo M.E e os sindicatos, na sequência da greve/concentração de 15 de novembro, apesar do estipulado no artigo 19º do

OE2018, que assume essa recuperação; apesar da Recomendação aprovado sem votos contra pela Assembleia da República nesse mesmo sentido, o governo permanece na sua recusa, provocando os docentes com a proposta de recuperar apenas uma pequena parte desse tempo não contado. A luta pela recuperação integral do tempo de serviço tornar-se-á central ao longo de toda a atividade sindical no ano 2017/2018. Realce-se a intensa atividade desenvolvida junto dos grupos parlamentares, da Provedoria de Justiça e da Procuradoria-Geral da República, destacam-se, entre outras, a greve por regiões realizada nos períodos de 13 a 16 de março e a grande manifestação nacional de professores de 19 de maio que reuniu mais de 50 000 docentes e a excelente greve às avaliações que decorreu nos meses de junho e julho. E essa luta vai continuar no ano 2018/2019.

Há que reconhecer que alguns dos objetivos centrais definidos pelos sindicatos da FENPROF para 2017/2018 não foram atingidos: não há nada de novo quanto à gestão nem qualquer proposta sobre um regime específico de aposentação. (Refira-se, articulado com esta exigência dos professores, o estudo recentemente apresentado pela equipa de investigadores da Universidade Nova, feito por iniciativa da FENPROF, sobre o estado de exaustão dos docentes). Quanto aos horários e condições de trabalho, também o objetivo central – a definição clara do que pode ser incluído na componente não letiva de estabelecimento, de modo a impedir os abusos de muitos diretores que incluem nessa componente práticas que têm natureza de componente letiva – continua por atingir, restando como positivo a clarificação legislativa que inclui os intervalos no 1º ciclo como tempo letivo e também a harmonização do calendário escolar entre o pré-escolar e 1º ciclo.

A precariedade com que se debatem os docentes contratados foi um pouco atenuada com a redução do tempo necessário para a aplicação da chamada “norma travão”, entretanto também aplicada aos docentes das escolas especializadas de ensino artístico. Porém, o chamado PREVPAP, que permitiria criar alguma estabilidade a docentes e investigadores contratados há anos no ensino superior ou a bolseiros de investigação científica, está a ser prejudicado pela atitude hostil de reitores e diretores de politécnicos, de tal modo que a sua aplicação a estes profissionais está praticamente em ponto morto. Neste setor, no ensino superior e na ciência, a prioridade da ação do SPGL e da FENPROF foi o combate à precariedade, tendo avultado as questões do regime transitório dos docentes do Politécnico, o “emprego científico” e do referido PREVPAP. O descongelamento das progressões tem sido também um campo de luta, atendendo à forma discriminatória, relativamente às restantes carreiras da Administração Pública, como é pretendido pelo governo aplicá-lo.

No setor do ensino particular, o objetivo definido como central foi a continuação da luta por um Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) que ponha termo à situação criada pela denúncia do contrato da FENPROF levada a cabo pela entidade patronal (CNEF) e que, no mínimo, reponha as condições de trabalho, vergonhosamente postas em causa pelo CCT assinado entre a CNEF e a FNE. Esta luta insere-se na movimentação mais geral da CGTP-IN no sentido de forçar o governo a reverter as alterações negativas introduzidas pelo governo de Passos Coelho na legislação laboral, nomeadamente o fim da caducidade dos CCT. Neste sentido, o SPGL enviou propostas de Acordos de Empresa (AE) a alguns estabelecimentos de ensino regular, artístico especializado e profissional.

Tudo deixa antever que estas questões serão objeto de grande discussão, por iniciativa dos partidos à esquerda do PS, aquando da preparação do OE 2019. O SPGL, integrado na FENPROF, não deixará de organizar e motivar os professores e educadores na luta por estes objetivos, luta necessariamente articulada com a disponibilidade para negociar de forma séria que tem sido a posição da FENPROF.

I. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: logo no início desta legislatura, o SPGL em conjunto com todos os sindicatos da FENPROF definiu claramente os cinco eixos que norteariam a sua ação em defesa dos professores, educadores e investigadores e da Escola Pública Inclusiva e de Qualidade: carreiras, aposentação, horários de trabalho, vinculação e regime de gestão das escolas. Na abertura deste ano escolar, 2017/2018, a questão da colocação dos professores continuou a merecer grande preocupação. Em causa esteve a decisão administrativa e inesperada do ME de não considerar (apesar de não ser essa a prática de uma década) os milhares de horários ditos incompletos, pedidos pelas escolas, para a colocação dos professores dos quadros. O ano escolar ficou marcado por uma ação e luta em torno da exigência: de um concurso justo; do cumprimento da diretiva comunitária que colmatando o nível precariedade que continua a afetar a profissão docente; da recomposição das carreiras docentes; da reorganização dos horários de trabalho, com a componente letiva dos docentes a integrar todas as atividades desenvolvidas diretamente com os alunos; da aprovação de um regime de aposentação que atenda ao tremendo desgaste a que estão sujeitos os docentes no seu exercício profissional e que permita o rejuvenescimento geracional do setor; de um modelo de gestão democrática das escolas e do combate contra a municipalização da educação, do início da desagregação dos mega-agrupamentos e de uma significativa redução do número de alunos por turma, permitindo a resolução dos problemas que mais os afetam e para a melhoria da sua condição profissional e da Educação e do Ensino em Portugal. Para além das questões atrás referidas, acrescem outros problemas mais específicos, como a contagem do tempo de serviço das educadoras em creche e a criação do grupo de recrutamento na área do teatro e pelo seu direito à vinculação e integração na carreira docente. Nesta denúncia, além de iniciativas próprias da FENPROF e dos sindicatos, foi possível também conjugar ações da FENPROF com as da Frente Comum e da CGTP-IN entre outras. O SPGL participou empenhadamente nas ações concretizadas, de que sobressaem:

- o encontro nacional de dirigentes, delegados e ativistas sindicais da CGTP onde se debateu o tema “Lutar para valorizar o trabalho e os trabalhadores!” que constitui uma exigência nacional que passa pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das famílias e a plena efetivação dos direitos, liberdades e garantias, indissociáveis do desenvolvimento económico, social e da afirmação da democracia em toda a sua plenitude- 10 de outubro no Fórum Lisboa;
- a manifestação nacional em Lisboa, no dia 18 de Novembro, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela exigência do aprofundamento do rumo de reposição e conquista de direitos, no combate às injustiças e desigualdades, pela justa distribuição da riqueza, designadamente pelo aumento dos salários, pelo emprego com direitos, pela reposição da contratação coletiva, pelas 35 horas de trabalho semanal, pelo aumento das pensões e reformas, pelos serviços públicos e funções sociais do Estado.
- a recolha de assinaturas para a petição nacional contra a precariedade, no âmbito da campanha em curso da CGTP, exigindo que se cumpra o princípio que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato de trabalho com vínculo efetivo;

- a greve da administração pública com uma grande adesão pelos docentes - 27 de outubro;
- a Conferência Sindical Internacional sobre “O Futuro do Trabalho e a Valorização do Trabalho e dos Trabalhadores” realizada nos dias 29 e 30 de Novembro, em Lisboa;
- o encontro nacional sobre o tema “Combater as assimetrias regionais – pelo progresso social e a coesão territorial” em dezembro;
- no plenário/desfile de sindicatos da CGTP sob o lema “Agir e lutar para valorizar a luta dos trabalhadores, por um Portugal com futuro!” – 12 de janeiro em Lisboa;
- a manifestação nacional de mulheres pela igualdade de direitos, integrada no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher – 10 março em Lisboa;
- a ação nacional Pela Revogação das Normas Gravosas da Legislação Laboral, no dia 14 de março, com deslocação para a Assembleia da República onde o tema será debatido em plenário;
- a manifestação nacional da Administração Pública, no dia 16 de março, com o objetivo de lutar pela Valorização dos Salários ; dignificação das carreiras; pelas 35 horas para todos; pelo emprego, contra a precariedade; em defesa de serviços públicos de qualidade para todos;
- a manifestação nacional da juventude trabalhadora promovida pela Interjovem da CGTP-IN *Vencer a precariedade, defender os nossos direitos!* - 28 de março em Lisboa;
- as comemorações do 25 de Abril, afirmar uma vez mais a maior conquista do 25 de Abril – a Liberdade; e do 1º de Maio, foi sob o lema “LUTAR PELOS DIREITOS, VALORIZAR OS TRABALHADORES!” que decorreu esta Grande Jornada de Luta dos trabalhadores, de afirmação das suas reivindicações, pela aspiração a uma vida melhor e por melhores condições de trabalho, designadamente, pelo aumento geral dos salários, pelo emprego com direitos e contra a precariedade, pela redução dos horários de trabalho e contra a sua desregulação, pela defesa da contratação coletiva e revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- a manifestação nacional da CGTP - pela contagem integral do tempo de serviço, tal como se encontra previsto na lei do OE2018; pela aposentação aos 36 anos de serviço, independentemente da idade; por horários de trabalho ajustados ao exercício da profissão que impeçam o agravamento do desgaste físico e psíquico; pela garantia de uma necessidade permanente corresponder um emprego permanente, 9 de junho em Lisboa;
- no plenário/desfile de sindicatos da CGTP para analisar a atual situação político-sindical, discutir a revisão da legislação laboral resultante do acordo de concertação social assinado e as perspetivas da continuação da luta contra a proposta de Lei do Governo. – 21 de junho em Lisboa;

1. O SPGL participou ainda de forma empenhada e interventiva no vasto conjunto de ações reivindicativas promovidas pela FENPROF ao longo deste ano letivo:

- logo em setembro, lançámos a Petição “Valorizar a Educação e os seus Profissionais. 2017/2018: Tempo de resolver problemas” sobre os aspetos de ordem socioprofissional e funcionamento das escolas, tendo a mesma sido debatida em plenário da AR;
- 15 de setembro – reunião de balanço político com o Ministro da Educação;
- em setembro, concentração de dirigentes, delegados e ativistas sindicais do EPC/IPSS junto ao ME para pressionar aquele ministério a agendar uma reunião sobre situações relativas às condições de trabalho dos docentes deste setor;
- nos meses de setembro e outubro reuniões com os grupos parlamentares;
- no dia 4 de outubro, realizámos um Plenário Nacional de Educadores e Professores, que foi um momento alto de decisão e compromisso com as posições que a FENPROF deve defender; estiveram em discussão a ação reivindicativa e intensificação da ação e luta. Seguiu-se um desfile entre a Cidade Universitária e o ME;
- 27 de outubro – greve da administração pública com uma grande adesão pelos docentes;
- 28 de outubro – concentração dos docentes do EPC, Artístico Especializado e Profissional junto à CNEF, com deslocação para o ME;
- no mês de outubro lançamento da Petição “ Por um Contrato coletivo de Trabalho que respeite a Lei de Bases e o Estatuto do EPC”;
- 2 de novembro - Fundação Calouste Gulbenkian - Ministro da Educação afirma que vai “lutar radicalmente pelos professores”;
- 3 de novembro – Fundação Calouste Gulbenkian, no Congresso das Escolas, entrega de um Memorando sobre Condições de Trabalho dos Docentes do EPC, ao Presidente da República e aos participantes;
- 3 de novembro – Reunião no ME com os Secretários de Estado sobre as questões do EPC, EAE, EP e IPSS;
- entre 6 de novembro e 15 de dezembro, último dia de aulas do primeiro período, greve às atividades letivas inadequada e irregularmente inscritas na componente não letiva dos horários dos docentes. Foi desconvocada a 24 de novembro após assinatura do compromisso;
- 10 de novembro - Coimbra - ação “não ao apagão!” do tempo de serviço;
- no mês de novembro novo conjunto de reuniões com os grupos parlamentares;

- 14 de novembro – reunião com o Ministério da Educação em que este pretendia desmobilizar os professores para a greve do dia seguinte;
- 15 de novembro – muito boa greve nacional dos professores com uma grande concentração em frente da AR - Audição do Ministério da Educação na Assembleia da República no âmbito do debate na especialidade do OE2018;
- 16 de novembro – nova reunião com o Ministério da Educação (5 horas de duração) para encontrar respostas para as reivindicações dos professores: recomposição da carreira docente (recuperação do tempo de serviço e portarias de vagas para acesso ao 5º e 7º escalões e reposicionamento na carreira); desgaste dos docentes (horários e envelhecimento - aposentação);
- 17 de novembro – nova reunião com o Ministério da Educação (10 horas de duração acabou no dia 18 às 5 horas da manhã) onde se assinou uma declaração de compromisso onde ficou consagrado a negociação sobre: recomposição da carreira docente (recuperação do tempo de serviço e portarias de vagas para acesso ao 5º e 7º escalões e reposicionamento na carreira); desgaste dos docentes (horários e envelhecimento - aposentação);
- 21 de novembro – 1ª reunião de negociação com o Ministério da Educação sobre a portaria de vagas para acesso ao 5º e 7º escalões;
- 24 de novembro – entrega da petição “Valorizar a Educação e os seus Profissionais. 2017/2018: Tempo de resolver problemas” na AR com cerca de 20.000 assinaturas;
- 6 de dezembro – plenários regionais em Lisboa, Setúbal e Santarém para analisar a situação politico-sindical com os docentes;
- 7 de dezembro – tribuna pública. Largo de Camões, onde vários notáveis intervieram em defesa da profissão docente;
- 9 de dezembro – Ação contra a municipalização em Portimão na reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 15 de dezembro – 1ª reunião com o Ministério da Educação sobre a recomposição da carreira docente;
- 20 de dezembro – 2ª reunião de negociação com o Ministério da Educação sobre a portaria de vagas para acesso ao 5º e 7º escalões;
- 28 de dezembro – pedido de negociação suplementar com o Ministério da Educação sobre a portaria de vagas para acesso ao 5º e 7º escalões;
- 10 de janeiro – 1ª reunião de negociação com o Ministério da Educação sobre a portaria que regulamenta o reposicionamento na carreira;

- 24 de janeiro – 2ª reunião com o Ministério da Educação sobre a recomposição da carreira docente;
- 30 de janeiro – 1ª reunião com o Ministério da Educação sobre as questões relacionadas com o desgaste e envelhecimento dos docentes;
- 31 de janeiro – lançamento do inquérito nacional sobre as condições de vida e de trabalho na educação, na Escola Secundaria de Camões. De fevereiro a abril entrega e recolha dos inquéritos;
- 2 de fevereiro – O Plenário Nacional dos Professores e das Escolas reuniu em Lisboa e aprovaram as principais exigências a apresentar ao Ministério da Educação e ao Governo nos processos negociais em curso, bem como as linhas orientadoras para a luta a desenvolver;
- 6 de fevereiro – Entrega na Assembleia da República da Petição do EPC com 5130 assinaturas,
- 7 de fevereiro – Conferência de Imprensa sobre o Ensino Profissional, para denunciar os atrasos de pagamento das verbas pelo POCH e o lançamento tardio das candidaturas , que só ocorreram no final do 1º período letivo para as escolas privadas e no mês de janeiro para as públicas;
- 15 de fevereiro – 2ª reunião de negociação com o Ministério da Educação sobre a portaria que regulamenta o reposicionamento na carreira;
- 17 de fevereiro – debate em Vila Real sobre “desgaste profissional dos professores: síndrome de *Burnout*”;
- 28 de fevereiro – 3ª reunião com o Ministério da Educação sobre a recomposição da carreira docente;
- 12 de março – 4ª reunião com o Ministério da Educação sobre a recomposição da carreira docente;
- de 13 a 16 de março - greves por regiões, que abrangeu os docentes da área de intervenção do SPGL nos dias 13 e 15 de março;
- nos meses de março e abril mais um conjunto de reuniões com os grupos parlamentares;
- 29 de março – 3ª reunião de negociação (suplementar) com o Ministério da Educação sobre a portaria que regulamenta o reposicionamento na carreira;
- 19 de abril – concentração junto do Ministério da Educação sobre horários de trabalho e aposentação;
- 30 de abril, em Viseu – ação contra a municipalização da educação que culminou com a assinatura de uma declaração conjunta da FENPROF, ANDE, CNIP e FNSTFPS;

- 2 de maio – Audição na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República no seguimento da entrega da Petição do EPC;
- 3 de maio – 2ª reunião com o Ministério da Educação sobre as questões relacionadas com o desgaste e envelhecimento dos docentes;
- 19 de maio – Manifestação Nacional com mais de 50.000 docentes, tendo como principais objetivos: o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo em 18 de novembro (contagem integral do tempo de serviço dos professores para efeitos de carreira; regularização dos horários de trabalho, sendo repostas as 35 horas estabelecidas em lei e respeitadas as suas diversas componentes; aprovação de medidas que contrariem o envelhecimento na profissão docente, desde logo a aprovação de um regime específico de aposentação), resolução dos problemas criados pelo Ministério da Educação no âmbito dos concursos e das listas para progressão aos 5.º e 7.º escalões e contestação de um eventual processo de municipalização da Educação.
- 4 de junho – reunião de balanço político com o Ministro da Educação;
- 6 de junho – audição na AR da FENPROF sobre a situação atual da educação. 1ª reunião de negociação sobre o despacho que estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo;
- 14 de junho – 2ª reunião de negociação sobre o despacho que estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo;
- 16 de junho – Encontro Nacional sobre "Autonomia e Flexibilidade Curricular" realizado no Porto. Um Encontro para analisar um estudo, baseado em questionários recolhidos em escolas da experiência, e juntar algumas das pessoas que têm refletido sobre o assunto, bem como representantes dos grupos parlamentares, como forma de uns e outros participarem nesta avaliação.
- culminou com fortíssima adesão à Greve Nacional de 18 de junho a 13 de julho às reuniões dos conselhos de avaliação onde se exige do Governo/ME a assunção do que está no Compromisso assinado, reforçado pela Lei do OE2018 e a Resolução 1/2018 que garantisse: a recomposição da carreira docente, um regime de aposentação específico, horários em que o trabalho direto com alunos e a direção de turma como componente letiva e que a cada necessidade permanente corresponda a um vínculo estável.
- de 30 junho a 3 de julho, avançámos com uma consulta aos docentes sobre a ação reivindicativa, cujos resultados ratificam e apoiam a estratégia dos seus sindicatos e foram bem divulgados publicamente em Conferência de Imprensa;
- nos meses de junho e julho reuniões com os partidos políticos com assento parlamentar para informação dos aspetos reivindicativos dos docentes;
- 3 de julho – Participação em representação da FENPROF, do setor EPC/IPSS, no debate público promovido pelo Bloco de Esquerda sobre as alterações ao Código de Trabalho;

- 4 de julho – Participação na Audição da Comissão de Educação e Ciência sobre dois projetos de resolução relativos ao ensino profissional da iniciativa do CDS e do PCP;
- 6 de julho – Encontro Internacional sobre Desgaste na Profissão. Os professores portugueses responderam a um dos mais importantes inquéritos nacionais e internacionais realizados sobre este sector profissional, relativo às perceções subjetivas da sua condição de trabalho e vida que ajudam a compreender as causas do desgaste que os afeta. Cansaço, stress, "burnout" são problemas que se abatem sobre os professores, com implicação no seu desempenho profissional e na sua vida. Para conhecer melhor as causas, identificar consequências e procurar medidas, a FENPROF recolheu quase 19 000 inquéritos junto deste setor profissional, de forma voluntária e consentida. E um grupo interdisciplinar de investigadores, de várias universidades, coordenados por Raquel Varela no âmbito de uma parceria entre a FENPROF e a FCSH/UNL, elaborou um estudo científico que teve a sua primeira divulgação em Portugal neste dia e terá continuidade em publicações internacionais da área com arbitragem científica. Este será um instrumento a utilizar pela FENPROF no plano reivindicativo para exigir medidas que eliminem os fatores de desgaste, contribuindo positivamente para o bem-estar dos docentes, as aprendizagens dos alunos e a vida das escolas.
- 11 de julho – reunião com o Ministro da Educação e concentração junto do ME, para a negociação do prazo e modo da recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias, a necessidade de um regime de aposentação que contrarie o curso de envelhecimento da profissão docente, medidas que permitam atenuar o profundo desgaste que afeta os profissionais e, ainda, medidas que combatam o elevado nível de precariedade que continua a afetar este setor profissional.
- 13 de julho – concentração de docentes em Santarém para aprovação de uma moção com o lema “a luta dos professores prosseguirá forte em setembro” que será enviada ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, Ministro das Finanças e ao Presidente do Conselho Nacional de Educação;
- num plano mais restrito de ação, tivemos duas concentrações, no 2.º período, uma no dia 5 de março, pelo “ Reconhecimento do Tempo de serviço em Creche como Serviço Docente “, esta iniciativa teve um pré-aviso de greve para justificar as deslocações do educadores e outra no dia 8 de março, pelo direito à vinculação e integração na carreira docente e pela criação de um Grupo de Recrutamento na Área do Teatro;
- a continuação do processo negocial com a CNEF do contrato coletivo de trabalho para o EPC e Escola Profissionais privadas;
- a publicação em 22/10/2017 de um novo CCT para as IPSS sem congelamento na carreira dos docentes;
- a negociação de um Acordo de Empresa com a Escola Profissional Bento Jesus Caraça;

- o início do processo de revisão salarial do ACT (Acordo coletivo de trabalho) para as Misericórdias;
- a negociação do Acordo de empresa com a Cruz Vermelha Portuguesa;
- a participação numa reunião de trabalhadores científicos no ICS em 7 de setembro (DL 57 e PREVPAP);
- a participação de um dirigente do SPGL, em representação da FENPROF, numa reunião do Higher Education and Research Standing Committee (HERSC) do ETUCE, que decorreu em Bruxelas em 11 e 12 de setembro;
- a participação numa concentração dos investigadores FCT junto à AR (PREVPAP) em 11 de outubro;
- a concentração nacional de leitores das universidades junto ao MCTES, em 19 de outubro;
- a conferência de imprensa (FENPROF) em Coimbra a 23 de outubro (PREVPAP e emprego científico);
- a participação de um dirigente do SPGL na 22ª Assembleia Geral da FMTS em Dakar, 4 a 8 de dezembro;
- a participação na conferência internacional organizada pelo CEF intitulada “New Challenges for Forest Research Looking back, moving forward”, onde um dirigente do SPGL fez uma apresentação na sessão sobre investigação científica e precariedade laboral em 27 de janeiro;
- a reunião com o ministro CTES a 19 de Fevereiro (PREVPAP);
- a concentração frente à reitoria da ULisboa (SPGL) em 5 de Março (PREVPAP);
- a concentração no Largo de Camões (FENPROF) com deslocação à residência oficial do 1º ministro, a 27 de março (PREVPAP);
- a participação numa reunião de esclarecimento na FCSH (L 57 e PREVPAP) em 3 de Abril;
- a participação numa concentração junto ao MTSSS, em 7 de Abril, promovida pelos Precários do Estado (PREVPAP);
- a participação de um dirigente do SPGL, em representação da FENPROF, numa reunião do Higher Education and Research Standing Committee (HERSC) do ETUCE, que decorreu em Bruxelas em 9 e 10 de abril;
- a participação de um dirigente do SPGL, em representação da FENPROF, na conferência “A better copyright for quality higher education and research in Europe and beyond” que decorreu em Bruxelas a 11 de abril;

- a participação numa sessão de esclarecimento no ISCTE (L 57 e PREVPAP) 23 de Abril;
- a participação numa reunião de esclarecimento na FCUL (L 57 e PREVPAP) a 4 de Maio;
- a participação numa sessão de esclarecimento no IST sobre a Lei 57 e PREVPAP, a 14 de Maio;
- a reunião com MCTES (Descongelamento das progressões) - 29 Junho;
- a encontro Nacional de Precários do Ensino Superior e Ciência, no Centro de Congressos de Lisboa, conjuntamente com outras 10 organizações, a 4 de Julho;
- a reunião de precários (PREVPAP) da ULisboa no IST, promovida pelo SPGL, dia 5 de Julho;
- a participação numa mesa redonda sobre trabalho científico e precariedade no 10º congresso português de sociologia, na Covilhã, em 11 de Julho;
- a participação regular nos encontros da rede dos investigadores contra a precariedade;
- a participação nas reuniões do Conselho Consultivo da A3ES em representação da CGTP.

2. Iniciativas específicas do SPGL: A formação sócio-política dos seus dirigentes, a reflexão crítica sobre o sistema educativo e as práticas pedagógicas, a intervenção sindical em setores particularmente significativos na nossa área sindical, nomeadamente o ensino particular e cooperativo, a Casa Pia e as IPSS, bem como a atenção a marcantes fenómenos sociais, justificaram a intervenção do SPGL. Assim:

Foram propiciadas aos dirigentes e aos sócios iniciativas de informação e formação sobre temas e problemas das sociedades atuais através de conferências sobre as políticas educativas e aspetos de ordem socioprofissional – abordadas de formas diversificadas – estiveram no centro de todas as intervenções, no debate sobre o projeto “Autonomia e Flexibilidade Curricular” com Manuela Esteves, João Jaime e Felizarda Barradas realizado no SPGL no dia 4 de junho; nas ações de formação sobre: “História do Movimento Sindical Docente” - 28 setembro; “Avaliação de Desempenho” – 18 de janeiro; “Estatuto da Carreira Docente” – 8 de fevereiro; “Os media, comunicação e circulação da informação” – 22 de março e envolveram 85 formandos.

As jornadas pedagógicas organizadas em Lisboa – iniciativas de índole formativa e cultural – compreenderam 10 ações desenvolvidas quase a totalidade realizada na sede do sindicato e 7 visitas (uma delas com a duração de um fim-de-semana, indo de encontro às sugestões apresentadas pelos colegas em anos anteriores). No geral, tanto as ações como as visitas foram muito participadas, tendo em algumas delas (sete) ultrapassado o limite de inscrições inicialmente previsto; Houve um total de 353 inscrições que representam 173 pessoas: 77 sócios no ativo, 46 acompanhantes/funcionários, 39 aposentados, 5 novos sócios, 5 não sócios no ativo e 1 desempregado. O resultado da avaliação das ações/visitas centra-se em 95% nos níveis 4 e 5 (numa escala de 1 a 5); As Jornadas foram divulgadas principalmente através do Escola Informação e do

sítio da Internet. Foram igualmente publicitadas no jornal online, no folheto/desdobrável A4, no *Facebook* e ainda através da *Newsletter* e por e-mail.

Registaram-se ainda as seguintes iniciativas:

- o SPGL e o Colégio Valsassina assinam acordo de empresa no dia 14 de novembro em Lisboa. Várias escolas do ensino particular e cooperativo têm vindo a manifestar vontade de celebrar, como alternativa ao CCT assinado com a FNE, um Acordo de Empresa com o SPGL que respeite os docentes e defenda a qualidade do ensino e o prestígio da escola;
- a negociação sobre carreiras, avaliação de desempenho, horários e condições de trabalho na Casa Pia;
- a negociação de um Acordo de Empresa com a Escola Profissional de Transportes de Loures.

3. Vida interna do SPGL

A vida interna do SPGL tem-se pautado por uma assumida exigência de funcionamento democrático, num espírito antidogmático, debatendo abertamente as questões na sua imprensa, procurando conhecer outras práticas, estimulando e divulgando a criação artística e intelectual, mas sobretudo procurando dar respostas de qualidade no apoio aos sócios. Assim:

Os órgãos previstos nos estatutos (plenários de setores e regiões, Conselho Geral, Conselho Fiscal, Comissão Executiva e Direção) reuniram normalmente e de acordo com as suas funções, bem como a Assembleia Geral de Delegados Sindicais (ainda que este órgão necessite de uma maior dinâmica). A intensa atividade de luta levou neste ano letivo à convocação de três Assembleias Gerais de Sócios.

No trabalho das reuniões mensais de setor realce-se que para além da análise e discussão questões levantadas no acompanhamento do dia-a-dia das escolas são abordadas outras questões de política educativa sob a forma de temas em debate que neste ano se destacaram: “A avaliação de desempenho”, “Projeto de autonomia e flexibilidade curricular” “A falta de professores. A que se deve?”.

O SPGL continuou neste ano letivo a proporcionar aos seus sócios um qualificado serviço de apoio a sócios e jurídico, tendo-se registado um total de 12011 (no ano letivo anterior foram 10631) atendimentos entre telefonemas, correio electrónico e pessoal na Sede e Delegações e 1691 consultas jurídicas (ano anterior: 1519). O atendimento presencial a sócios totalizou 5159 atendimentos, sendo 2552 registados na Sede e os restantes nas Delegações. Registou-se ainda o atendimento pontual de 416 não sócios, estes, normalmente atendidos por dirigentes.

Neste período temporal foram editados 4 números do Escola-Informação em papel e 4 digitais. Neles se trataram, em dossiês específicos, temas de grande relevância como “Cidadania, Inclusão, Direitos Humanos”, “OE 2018: Escolas e Professores”, “Ação reivindicativa - Processo Negocial”, “CNE: Escola portuguesa no bom caminho?”, “Ação reivindicativa”, “O ensino artístico nas nossas escolas”,

“Greves às Avaliações”. O EI foi também usado para divulgar atividades pedagógicas relevantes em várias escolas, esclarecer questões jurídicas e divulgar a diversa atividade do SPGL.

Em Junho de 2017 tínhamos 14246 sócios em situação regular (ou em condições de regularização). Em Junho de 2018 tínhamos 14565 nas mesmas condições (um ligeiro crescimento de 2,2%). Por direções regionais neste período registaram: em Lisboa, de 8156 para 8441; em Setúbal; de 3003 para 3053; no Oeste, de 1324 para 1322 e em Santarém, de 1234 para 1221. Por setores registou uma ligeira subida o Particular/IPSS (de 2166 para 2286), o superior (de 616 para 660), o Prep/sec (de 5954 para 6075), o Pré-escolar (de 854 para 865), o Especial (de 437 para 443) e os sócios aposentados (de 2192 para 2226). Os setores que desceram ligeiramente foram o 1.º ciclo (de 1857 para 1850) e o grupo “desempregados” (de 169 para 160).

A campanha de sindicalização decorreu neste ano na Direção Regional do Oeste. Para o efeito, foi organizado um Kit com um folheto informativo, uma ficha de sindicalização e uma agenda do professor. A campanha teve início no dia 22 de fevereiro de 2018, em duas escolas selecionadas por apresentarem um pequeno número de sócios (EB D. Luís de Ataíde, de Peniche e Escola Secundária da Lourinhã), e contou com a participação do presidente do SPGL, José Alberto Marques, uma funcionária do apoio a sócios e vários dirigentes. A campanha de sindicalização prosseguiu até ao final do ano letivo, em várias escolas da região Oeste, quer em reuniões formais, quer em encontros informais, verificando-se uma boa receção por parte dos professores. Consideramos que esta campanha teve resultados positivos verificando-se, neste momento, um saldo positivo no número de sócios, como referido anteriormente.

Delegados sindicais: em junho de 2017 tínhamos 207, em junho de 2018 temos 243. Apesar de uma ligeira subida, continua a ser um dos aspetos a melhorar na nossa organização. Neste período foi realizada no dia 6 de novembro uma reunião da Assembleia de Delegados Sindicais (que teve quórum de funcionamento). Muito do trabalho de ligação às escolas é assegurado pelos dirigentes pois todos têm turmas ou outras tarefas quotidianas nas suas escolas, mas que formalmente não são delegados sindicais. Houve contudo reuniões conjuntas da direção com os delegados sindicais.

Reuniões sindicais: Foram realizadas neste período 413 reuniões sindicais. Note-se que se trata de reuniões registadas nos serviços, sendo que muitas não são registadas e que não se incluem aqui os contactos e outras reuniões informais com os professores em cada escola que cada vez mais se evidenciam na eficácia da ligação do Sindicato com os professores e as escolas.

Foi constituída a Comissão dos Professores Contratados/as e Desempregados/as do SPGL, que já traçou os seus objetivos visando o combate à precariedade. Reuniu 4 vezes este ano e realizou 2 plenários que contaram com a presença de 64 docentes.

A nível internacional

Professores Polacos

Em outubro de 2017 recebemos 40 professores e pedagogos polacos com o objetivo de abordar, entre outras, as seguintes questões: como funcionam e quais as perspetivas dos serviços de orientação profissional dos alunos; breve panorâmica sobre o sistema de ensino; como se efetua a progressão na carreira do pessoal docente do ensino básico e secundário.

Professores Alemães

Em março de 2018 reunimos com um grupo de 30 professores alemães dos ensinos Secundário e Profissional. Foi efetuada uma troca experiências ligadas às dificuldades e/ou sucessos ligados a este setor de ensino.

Professores Brasileiros

Em maio de 2018 reunimos com um grupo de docentes brasileiros a fazer investigação no âmbito de um protocolo com a Universidade Lusófona sobre o movimento sindical na educação em Portugal desde o 25 de abril.

Aposentados

O departamento manteve uma dinâmica apreciável envolvendo membros de todas as regiões. Organizámos/participámos em 49 ações – 5 plenários sindicais, 14 ações públicas de caráter sindical e reivindicativo, 2 ações de formação e 28 ações socioculturais sendo 10 em colaboração com o Departamento da Cultura. Estas ações tiveram a envolvimento de cerca de 1400 participantes. Procurámos dar a conhecer a todos os sócios as atividades propostas e desenvolvidas, assim como os resultados das mesmas através de textos, fotos, vídeos, etc. Reorganizámo-nos quanto à atualização do site e temos conseguido mantê-lo mais atualizado. Também a página do Departamento no *Facebook* se tem mantido sempre atualizada e verifica-se um aumento do número de pessoas que visualizam a página. Igualmente, foram sendo publicadas as informações tidas como importantes do SPGL, FENPROF, CGTP e demais organizações cujas atividades exigem o conhecimento dos professores aposentados. Registam-se algumas dificuldades nomeadamente na emissão de e-mails que diversas vezes não chegaram aos destinatários. Há muitos sócios que se queixam que não recebem e-mails do SPGL. Iniciámos, de forma sistematizada, a divulgação das ações desenvolvidas pelo departamento junto da CE do SPGL, dos DA dos sindicatos da FENPROF, da IR-CGTP e da IR-USL. No próximo ano continuaremos a divulgação trimestralmente. O projeto de formação foi cumprido parcialmente, apenas com duas ações. Este facto deveu-se a impossibilidades da formadora, à sobreposição de outras atividades, e à indisponibilidade da utilização dos computadores nas datas possíveis para agendar as restantes sessões. No próximo ano propomo-nos melhorar este grupo de trabalho resolvendo atempadamente os problemas referidos. As ações socioculturais foram diversificadas e bem-sucedidas, com o padrão comum do enriquecimento cultural dos participantes, socialmente gratificante, e, ao mesmo tempo, um espaço de informação e debate das questões reivindicativas. Verifica-se que o número de participantes continua a aumentar e o número de solicitações é cada vez maior. “O meu livro quer outro livro” - este projeto concluiu com sucesso o quinto ano de atividade em que se receberam autores, apresentaram-se livros e trocaram-se publicações. Iniciaram-se todas as sessões com momentos de informação sindical encerrando-as em agradáveis convívios. A diversidade e a qualidade destas ações contribuíram para o enriquecimento progressivo das mesmas, suscitando intervenções e crescente entusiasmo demonstrados pelos participantes com apresentação de propostas para o próximo ano.

Espaço ABC

O SPGL dispõe, na sua sede, de instalações (o Espaço António Borges Coelho) onde são realizadas atividades culturais de índole diversa, nomeadamente exposições, debates e conferências e que os seus sócios podem utilizar, quer enquanto produtores quer enquanto espectadores. No que diz respeito às exposições de artes plásticas, existe um grupo, constituído por artistas plásticos de reconhecido mérito, que procede a uma análise prévia das propostas recebidas e aconselha a Direção sobre as exposições a levar a cabo.

A divulgação das iniciativas é feita através da revista “Escola Informação”, do site do SPGL e de material produzido para o efeito.

Este espaço tem contribuído para uma boa imagem pública do SPGL. Por aqui passaram, neste ano letivo, uma exposição de trabalhos de colegas sócios do Sindicato, a pintura de Alfredo Luz, a gravura, desenho e pintura de Fernanda Pissarro, a pintura de José Man, trabalhos de cerâmica de Heitor Pais, a pintura de Jaime Silva e, a fechar o ano letivo, trabalhos de pintura de Luís Rodrigues. Para além destas tivemos ainda uma exposição a assinalar o Dia Internacional da Mulher e uma outra com algumas serigrafias, propriedade do SPGL. Neste espaço, aberto para o pátio exterior, os sócios podem ainda ler os jornais diários ou ter acesso gratuito à internet (wireless).

II. Futuro

O facto de algumas exigências nossas terem tido acolhimento por parte deste governo, deve funcionar como um incentivo à continuação da luta, pois ainda há muitas reivindicações por satisfazer; há que trabalhar para manter um diálogo construtivo e exigente, com o ME e o MCTES, que garanta um verdadeiro clima negocial, apoiado na disponibilidade dos docentes e dos investigadores para lutarem pelos seus direitos e pelos direitos inerentes à construção de uma escola pública de qualidade.

- Há que concretizar de imediato a recomposição da carreira docente que passa pela recuperação integral do tempo de serviço dos docentes, definir o prazo e o modo de recuperar os 3411 dias de serviço congelado (9A4M2D) e o tempo não contabilizado entre transições de carreira.
- Há que continuar a exigir um regime especial de aposentação para todos os docentes que tenha em conta o grande desgaste psíquico e físico que o exercício da profissão acarreta, desgaste continuamente agravado por horários e condições de trabalho cada vez mais insustentáveis.
- Há que manter a pressão à volta da reivindicação por melhores horários de trabalho dos docentes e outras condições de trabalho;
- Há que continuar a lutar pelo cumprimento integral da Diretiva Europeia de 1999, vinculando todos os professores e educadores contratados da administração pública que reúnem as

condições e integrando-os no escalão a que têm direito de acordo com o seu tempo de serviço.

- Há que garantir a implementação de um modelo de gestão democrática das escolas sustentado em práticas colegiais e de participação dos diversos interessados no processo educativo respeitando as suas competências e interesses nomeadamente dos docentes nas decisões pedagógicas e nas políticas educativas.
- Há que garantir que o processo de municipalização está definitivamente enterrado e que o processo de descentralização, que foi anunciado que o substituiria, mantém integralmente a autonomia pedagógica das escolas e clarifica de forma inequívoca os limites e a forma da intervenção do poder local nas escolas.
- Há que exigir o cumprimento da lei e as condições necessárias para uma verdadeira inclusão dos alunos com NEE.
- Há que lutar por um CCT que garanta aos docentes do ensino particular e cooperativo e das escolas profissionais privadas condições de trabalho idênticas às dos colegas do ensino público.
- Há que negociar instrumentos reguladores da contratação e da carreira no Ensino Superior Particular e Cooperativo,
- Há que continuar a combater a transformação de mais instituições em fundações com regime de direito privado.
- Há que caminhar no sentido da transformação do atual sistema binário de Ensino Superior num sistema unitário, integrado e diversificado.

Para cumprir estes objetivos teremos que continuar a empenhar-nos na ação sindical, reforçar o SPGL alargando o seu número de sócios e manter a classe mobilizada para participar nas lutas por estas reivindicações. A tarefa não será fácil e exige cada vez mais um sindicalismo de proximidade que os professores reconheçam e com que se identifiquem. Mas não é impossível e a classe tem dado sinais de estar mais disponível para a ação e mais esperançada na sua eficácia. Não podemos pois deixar arrefecer os ânimos e permitir que os professores passem do estado de desânimo e descrença em que viveram nos últimos anos para um estado de adormecimento suscitado pela ilusão de que, com a mudança do quadro político-partidário de apoio ao governo, os problemas se podem resolver sem o seu envolvimento.

Lisboa, 11 de julho de 2018

A Direção